

## PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA: O CATADOR CIDADÃO

Kátia Perobelli da Rosa Ferreira

(Doutoranda em Planejamento Urbano Regional – IPPUR

Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Secretária de Meio Ambiente do Município “M”

"Olhar, ver e reparar são maneiras  
distintas de usar o órgão da vista, cada  
qual com sua intensidade própria"

José Saramago

**RESUMO:** O correto tratamento e destinação dos resíduos sólidos urbanos é seguramente um dos graves problemas advindos da aceleração do processo de urbanização das cidades. Essa situação não é diferente no município de M., uma cidade de 182 mil habitantes na Baixada Fluminense, estado do Rio de Janeiro, Brasil. A Cidade contribui com um despejo de 160 toneladas diárias para o aterro controlado de Gramacho em Duque de Caxias, responsável por receber a maior parte dos resíduos sólidos urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Desta forma, a Prefeitura introduziu em 2005 O Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária. Este Programa é uma união da Prefeitura, dos catadores de lixo, das cooperativas de materiais reciclados, empresas que desejam encontrar uma boa solução para reciclar seus resíduos sólidos e todos os cidadãos do município no sentido de construir um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos na cidade. No sentido de dar suporte legal, o município publicou o decreto 272/2005 - que introduz o Programa Sócio-ambiental de apoio aos catadores de lixo e as cooperativas de materiais reciclados - e o decreto 472/2006- que introduz a coleta seletiva nos departamentos e secretarias da administração pública direta e em todas as escolas municipais.

Hoje, o Programa tem o apoio financeiro da Prefeitura Municipal, PETROBRAS, SEBRAE, Ong AUTRE TERRE e dos empresários locais. O Programa está sendo apontado como referência no estado do Rio de Janeiro por atuar em sintonia com o Movimento Nacional dos Catadores e por envolver todos os 78 catadores no planejamento participativo. O Programa também tem 14 agentes ambientais que visitam as residências no sentido de refletir sobre o estilo de vida, reduzir a quantidade e repensar a disposição dos resíduos sólidos domésticos e como podemos mudar gradualmente nossos hábitos em direção a uma sociedade mais orientada para a reciclagem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Coleta Seletiva; Sustentabilidade Sócio-ambiental; Inclusão Social; Geração de Trabalho e Renda.

**ABSTRACT:** The correct treatment and destination of the urban solid residues is quite secure one of the most serious problems that comes from the acceleration of the urbanization process of the cities. This situation is not different in the municipal district of M, a town of 182 thousand residents in Baixada Fluminense, Rio de Janeiro state, Brazil. The Town contributes with 160 ton/day for the Gramacho Controlled Sanitary Earthwork in Duque de Caxias, responsible for receiving the most part of urban solid residues from the Metropolitan Region of Rio de Janeiro.

In this way, the City Hall introduced in 2005 The Solidary Selective Garbage Collection Municipal Program. This Program is a union of the City Hall, garbage gatherers, recycled materials co-operatives, companies who wants to find a successful solution to recycling their waste and all the citizens of municipality in order to construct a model of integrated administration of urban solid residues in the city.

In order to give legal support, the municipality has published the decree 272/2005 - that introduce the Socio-environment Program to support the garbage gatherers and the recycled materials co-operatives - and the decree 472/2006- that introduce the selective collection in the administrative governmental offices and all municipal schools.

Today, the Program has the financial support of the City Hall, PETROBRAS, SEBRAE, AUTRE TERRE ONG and of the local undertakers. The Program is being pointed as reference in Rio de Janeiro state for act in syntony with The National Movement of Garbage Gatherers and to involve all the 70 garbage gatherers in the participative planning. The Program also has 14 environmental agents that visit the residences in order to rethink about life style, reduce the quantity and rethink of domestic solid residues dispose and how we can gradually change our habits into a more recycling-oriented society.

**KEY-WORDS:** Selective Garbage Collection - Environment And Social Sustainable- Social Inclusion- Work And Rent Generation

## **1. INTRODUÇÃO**

O município "M" apresenta uma população aproximadamente de 182 mil habitantes (projeção do IBGE), com território de 42km<sup>2</sup> possuindo 60% de Área de Preservação Ambiental - APA (Decreto nº 456 de 20/10/2006). Parte da APA abriga cerca de 150 famílias de agricultores, com produção de frutas e hortaliças, além do Parque Municipal (compartilhado com outro município), uma Unidade de Conservação da Natureza de Uso Integral, dos quais 40% pertence ao município "M". O Parque possui um Conselho Gestor que é presidido, atualmente, pela Secretária de Meio Ambiente do município "M".

O atual Governo tem procurado exercitar ao máximo os mecanismos de participação e controle social. Durante a campanha eleitoral, elaborou o Programa de Governo Participativo, procurando envolver o conjunto da população na formulação de propostas realizadas em 24 reuniões nos bairros e sete plenárias temáticas. Ao assumir a Prefeitura continuou exercitando estes mecanismos de participação social, através da realização de Audiências Públicas, de diversas Conferências Municipais, da criação e reestruturação de Conselhos Municipais e da elaboração do Plano Diretor Participativo. A construção deste Plano implicou na sensibilização do conjunto das Secretárias Municipais e dos setores organizados da sociedade, resultando em 65 reuniões com a comunidade, dentre oficinas temáticas, reuniões de diagnóstico e propostas, cursos de agentes comunitários de planejamento e o Congresso da Cidade para aprovação do Projeto de Lei.

No município "M" o Conselho de Meio Ambiente foi reestruturado em 2006 passando a ser deliberativo e de composição paritária com sete representantes governamentais e sete representantes de organizações não governamentais (Associações de Moradores, ONGs Ambientalistas, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, empresários, Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis) com seus respectivos suplentes. Também foi criado o Fundo Municipal de Meio Ambiente (lei nº 239 de 14/03/2006), onde os recursos financeiros são

geridos e fiscalizados pelo referido Conselho. O município também possui legislação ambiental própria: o Código de Meio Ambiente ( lei complementar nº 002 de 25/08/2002 ). A Secretaria “S” possui dotação orçamentária própria, aproximadamente RS 800.000,00 (ano de 2007), além dos recursos do Fundo de Meio Ambiente, com estimativa de 680 mil reais (ano de 2007), provenientes do repasse dos royalties de petróleo.

A Secretaria “S” possui políticas concretas de gestão e planejamento ambiental. A política de educação ambiental formal abrange a rede pública de ensino municipal, estadual e particular através do Centro de Educação e Justiça Ambiental, implantado em 2005, onde funciona a Sala Verde Tapinhoã - projeto apoiado pelo Ministério de Meio Ambiente, além da educação ambiental informal nas Associações de Moradores e instituições religiosas da Cidade. A política de recursos hídricos tem sido efetivada em parceria com a Superintendência de Rios e Lagos do estado do Rio de Janeiro – SERLA, através da dragagem e limpeza dos rios, além de um trabalho de educação ambiental. O controle da poluição sonora, do ar, do solo e das indústrias é feito por um sistemático trabalho de informação e fiscalização pelo departamento de controle ambiental, contando em muito com o apoio do Ministério Público e das demais secretarias. Apesar de a Cidade apresentar 60% de área verde, o município “M” apresenta apenas 3% de índice de arborização urbana (dados de 2005). Realidade esta que está sendo transformada através de um trabalho contínuo de plantio de árvores pelo departamento de arboricultura e praças e jardins. Mesmo não possuindo Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como o demais município do Brasil, está elaborando um estudo para a realização do mesmo<sup>1</sup>.

No que diz respeito à destinação dos resíduos sólidos-seguramente um dos mais graves problemas enfrentados pelas Cidades em regiões metropolitanas - o município “M” resolveu enfrentar o problema com criatividade, inovação social, tecnologias limpas, solidariedade e cooperação. A malha urbana é densamente povoada, não apresentando nenhum “vazio urbano” onde pudesse ser instalado um aterro sanitário. Apesar de não possuir um “lixão” com a presença de catadores, o município contribui com aproximadamente 150 toneladas/dia de resíduos sólidos para o aterro controlado de Gramacho (Duque de Caxias/RJ) que recebe resíduos de vários municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. O envio destes resíduos tem um custo alto no orçamento do município e a qualquer momento este aterro poderá ter suas atividades interrompidas, visto que sua capacidade de disposição está

---

<sup>1</sup> A Secretaria “S” tem em seu quadro funcional um profissional capacitado neste assunto. O engenheiro Sarcro Martos já realizou dois cursos sobre ZEE no Ministério do Meio Ambiente (2007) e recentemente defendeu dissertação de Mestrado sobre o tema. O estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA está instituindo equipe para os estudos do ZEE do estado.

altamente comprometida. Neste sentido, o desafio que se coloca para o município é a instalação de um aterro sanitário. Depois da aprovação de importantes leis, como a de saneamento ambiental e de consórcios, que organizam o processo de descentralização e o protagonismo dos municípios nas políticas ambientais e urbanas, a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA/RJ instituiu um grupo de trabalho com os municípios da região metropolitana com objetivo de incentivar a articulação dos mesmos através de mecanismos de cooperação e até mesmo de consorciamento, tendo em vista que grande parte dos problemas das Cidades extrapola as fronteiras municipais. O município "M" está promovendo o diálogo com os municípios vizinhos em vistas a construção de um aterro sanitário consorciado.

No sentido de acelerar este enfrentamento, a Prefeitura instituiu o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária, objeto de inscrição no Prêmio Melhores Práticas (Edital nº 01/2007). O Programa é uma união entre catadores, Prefeitura e população e consiste na separação na fonte geradora de materiais que podem ser reaproveitados ou reciclados e se configura em uma das ações que compõem um sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos domiciliares. Apesar dos benefícios sócio-ambientais da coleta seletiva serem estratégicos, como por exemplo: redução do volume de materiais, e do custo da destinação final em aterros sanitários contribuindo para o aumento da vida útil dos mesmos; diminuição do lançamento de resíduos sólidos nos rios e canais; melhoria das condições de vida e do trabalho dos catadores beneficiários com geração de renda e inclusão social. Poucos são os programas e projetos que conseguem transformar práticas e ações em políticas públicas. Para Besen (2006) este é e será o permanente desafio na área ambiental e em especial na gestão de resíduos sólidos. No município "M", o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária, iniciado em Abril de 2005 além de incorporar todos os benefícios da coleta seletiva citado anteriormente, foi concebido e implantado enquanto política pública uma vez que contempla como cita Dermajorovic et al. (2004) elementos centrais para uma gestão integrada, descentralizada e compartilhada dos resíduos sólidos, ou seja, o reconhecimento da importância de diversos atores sociais, na valorização da reciclagem e na promoção de ações educativas para a mudança de valores e hábitos da sociedade, além de implementar processos de gestão participativa, pactuando objetivos, metas e responsabilidades entre vários atores. Como cita Grimberg (2005).

No município "M", além de o Programa Municipal incorporar todos os benefícios da coleta seletiva citado anteriormente, foi "de fundamental importância foi com a escolha do modelo de gestão adotado para administrá-lo" (OLIVEIRA, 1997, p.8). Apostou-se principalmente no fomento à organização autogestionária dos catadores, tanto aos que já se

encontravam organizados em cooperativas, como aos que ainda se encontravam em processo de organização<sup>2</sup>. Os catadores foram incorporados como sujeitos do processo e a idéia de dar visibilidade aos catadores contribuiu para a mobilidade, pertencimento e identidade do grupo no domínio territorial da cidade.

## 2. IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA

O ponto de partida do programa foi a efetivação do Programa de Governo Participativo que apontou como uma das prioridades a coleta seletiva. Ao assumir o Governo, em 2005, a Secretaria "S" tomou como desafio estabelecer o Programa, mesmo sem dispor de nenhuma previsão orçamentária, nem estrutura física. O primeiro passo foi estabelecer parceria com a Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento - COOPCARMO<sup>3</sup> e o cadastramento dos catadores de rua, que paralelamente realizavam a atividade de catação na cidade "caçando", ou seja, revirando lixeiras em busca do material reciclável, sem as mínimas condições de trabalho e, ainda, enfrentando a exclusão social e a discriminação de boa parcela da sociedade.

O início da parceria se deu através do diálogo com a cooperativa no sentido de unir esforços na construção do Programa. Caberia ao poder público dar visibilidade a cooperativa, realizar o trabalho de educação ambiental porta -a- porta, esclarecendo aos moradores da importância da segregação do lixo na fonte e de como cuidar da Cidade urbanística e ambientalmente e encaminhar solidariamente o material à cooperativa para a promoção social do grupo e geração de trabalho e renda. O início efetivo do projeto se deu em 17 de abril de 2005, agregando 370 casas no bairro piloto, encaminhando semanalmente a COOPCARMO aproximadamente uma tonelada de resíduos. Esta parceria, que significou uma maior visibilidade<sup>4</sup> e valorização do trabalho da Cooperativa no município, contribuiu para um aumento significativo do volume de material encaminhado a cooperativa, proporcionando um aumento de renda, passando de uma média de R\$ 180,00 para R\$ 300,00.

---

<sup>2</sup> Neste processo foram fundamentais as diretrizes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Reciclados e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> A Coopcarmo existente na cidade há 12 anos, formada por 15 mulheres e três homens, não possuía nenhuma visibilidade no município, nem tão pouco tinha seu trabalho valorizado. Suas atividades no município eram pontuais, apoiadas, apenas pela Igreja Católica, SEBRAE/RJ e Prefeitura de Nova Iguaçu. A maioria dos Pontos de Entrega Voluntária (PEV) se localizava fora de Mesquita.

<sup>4</sup> Num curto intervalo de tempo, além das residências do bairro piloto, o trabalho de educação ambiental nas escolas, iniciado em cinco escolas se estendeu para as 25 escolas e creches da rede municipal. Os empresários locais conectaram a cooperativa, doando materiais e abastecendo seu caminhão para a coleta. A Prefeitura apóia também com o pagamento mensal do motorista do caminhão.

Paralelamente, foi assinado o decreto n.º272/20005 que institui o Programa Sócio-ambiental de Apoio às Cooperativas e Grupos de Catadores de Materiais Recicláveis<sup>5</sup> que, resumidamente, dispõe que a coleta seletiva em município “M” só pode ser realizada por catadores individuais, associações e/ou cooperativas de catadores, não permitindo que uma empresa terceirizada realize tal trabalho. Foi um ato simbólico que imediatamente se transformou em ação política. A partir da assinatura deste decreto, formou-se um grupo de trabalho com representantes das secretarias municipais e representantes da sociedade civil<sup>6</sup>, constituindo-se num espaço privilegiado de discussão e gestão democrática para ampliação do Programa.

Neste encontro foi apresentado o Programa mostrando os avanços alcançados até o momento e também as dificuldades oriundas da falta de estrutura e de recursos do poder público. Esta dificuldade, que para a maioria das Prefeituras, poderia ser um problema tornou-se para nós um desafio: o de descobrir as diferenças fundamentais entre os que planejam, vivem e observam a cidade e que atribuem significados e definições diferentes a este espaço. Foi dentro deste espírito, que o Programa direcionou esforços visando à construção de metas: 1-Adotar critérios ambientais nas atividades da administração pública priorizando iniciativas de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos sólidos. Isto significou instituir a coleta seletiva em todas as secretarias e departamentos e encaminhar o material recolhido a Coopcarmo. Posteriormente, foi publicado o decreto n.º 472 de 2006 que institui a separação dos resíduos recicláveis nas repartições públicas; 2-Identificar, cadastrar, inscrever, valorizar, dar visibilidade e melhorar a auto-estima do catador individual para que este assumia papel de protagonista de sua própria organização. A Secretaria “S” partiu para o cadastro dos catadores históricos, ou seja, aqueles que vivem exclusivamente da “catação” e os chamou para uma reunião de apresentação do Programa que implicaria em ter um agente ambiental acompanhando o catador para apresentá-lo ao morador, cadastrando as residências para a coleta semanalmente, aumentando deste modo a quantidade e a qualidade do material. Somente cinco catadores se prontificaram a participar. Atualmente temos 48 catadores em

---

<sup>5</sup> O decreto foi assinado pelo Prefeito, durante as comemorações da Semana do Meio Ambiente, com representantes do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, Movimento Nacional dos Catadores, Centro de Direitos Humanos da Diocese de Nova Iguaçu e da Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro (RICAMARE).

<sup>6</sup> O primeiro encontro reuniu representantes das Secretarias de Meio Ambiente, Urbanismo, Obras, Assistência Social e Trabalho e Renda, Educação, Saúde e coordenação de Gestão Participativa e representantes do SEBRAE, Fórum Estadual Lixo e Cidadania, SESCOOP, Incubadora de Cooperativas Populares (ITCP) da UFRJ, CEFETEC, diversas associações de moradores do município, ONG Autre Terre (Belga), outras ONGs locais, as Cooperativas COPCARMO e COMURB, esta em formação, e diversos catadores individuais cadastrados pela Secretaria “S”.

processo de organização, todos uniformizados, com carrinhos (foto1) para realizar a coleta e equipamentos de proteção individual e 30 em duas cooperativas do município (Coopernmo e Coomub – cooperativa de mulheres da Baixada);

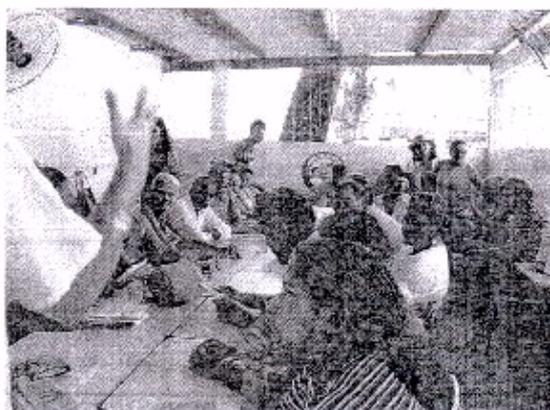
Foto 1-Catador realizando a coleta nas residências



Fonte: foto tirada na Rua Paraná.

3- Realizar o planejamento participativo. A condição para os catadores receberem o apoio do Programa é a participação semanal em reuniões (Foto 2) onde são tomadas decisões coletivas de ampliação das casas. Todos os catadores têm um mapa das suas ruas e casas cadastradas. Há catadores como Alencastro que tem 890 casas cadastradas. A maioria tem cerca de 250 casas;

Foto 2- Catadores participando em reunião semanal.



Fonte: Foto realizada em reunião no Varandão da Educação.

4- Promover condições que facilitassem a criação de cooperativas e/ou associações de catadores. A entrada da ONG belga Autre Terre no Programa como apoiadora atendeu este objetivo. A ONG promove formação continuada ao grupo para capacitação e formação no trabalho coletivo. 5- Realizar capacitação profissional como forma de garantir condições dignas de trabalho, e para isso foram realizados dois cursos de “Catadores de Materiais Recicláveis” em parceria com a Secretaria de Assistência Social e Trabalho e Secretaria de Trabalho do Estado do Rio de Janeiro. Esses cursos capacitaram 60 catadores num total de

200 horas/aula. Foram realizados três cursos de sensibilização para professores da rede estadual e municipal do município para “implementação da coleta seletiva nas escolas” com o apoio do SEBRAE formando 80 professores; 6- Fornecer equipamentos, insumos em geral; 7- Instalar galpões adequados para realização do serviço; 8- Conquistar toda a comunidade do município “M” para adesão ao Programa: famílias, escolas, empresas, entidades religiosas, privadas e públicas. Este objetivo está sendo cumprido com um trabalho contínuo de educação ambiental. (Foto 3) Todas as escolas municipais, estaduais e algumas particulares separam o material e encaminham solidariamente para os catadores. Não há recompensa para as crianças. Há apenas o compromisso de ajudar o catador e o meio ambiente exercendo plenamente a cidadania. As residências são visitadas por agentes ambientais que chamamos de “fixadores de idéia”, sensibilizando os moradores para doação de materiais aos catadores. (Foto 4) Há também o trabalho de sensibilização nas comunidades católicas e algumas igrejas evangélicas e religiões afro-brasileiras, além de reuniões nas associações de moradores dos bairros. Há três núcleos de catadores, onde as reuniões são realizadas nas associações de moradores dos bairros Chatuba, BNI e Cosmorama.

Foto 3 - Trabalho de Educação Ambiental Formal nas escolas



Fonte:Foto tirada na escola Municipal Rotarigo

Foto 4 - "Fixadora de Idéia" realizando trabalho de Educação Ambiental não Formal nas residências., juntamente com catador.



Fonte: Foto tirada na rua da Serra.

No final de 2005 a Petrobras abriu edital para seleção pública de projetos na linha de atuação do Programa Petrobras Fome Zero. A Prefeitura inscreveu o Projeto Coleta Seletiva Solidária e foi selecionada, dentre mais de três mil projetos em todo o Brasil. O patrocínio em meados de 2006 impulsionou o Programa e possibilitou as metas traçadas nos itens 6 e 7 do parágrafo anterior. No decorrer, do ano de 2006 e 2007 outras parcerias foram efetivadas e outros recursos foram disponibilizados, além dos recursos da Prefeitura. Os recursos aportados no programa são da Prefeitura, Petrobras, ONG Autre Terre e SEBRAE e diversas empresas e comerciantes locais. O apoio da Petrobras com R\$ 600.000,00 possibilitou a construção de um galpão (Foto 5) equipado com prensas e balanças (Foto 6), a compra de um caminhão baú (Foto 7) para apoio aos catadores, um veículo tipo kombi (Foto8) para educação ambiental, pagamento de dez agentes ambientais, visitando as residências diariamente, compra de uniformes e equipamentos de proteção individual para os catadores.

Foto 5 - Galpão do Programa Municipal



Foto 6 - Prensa e Balança

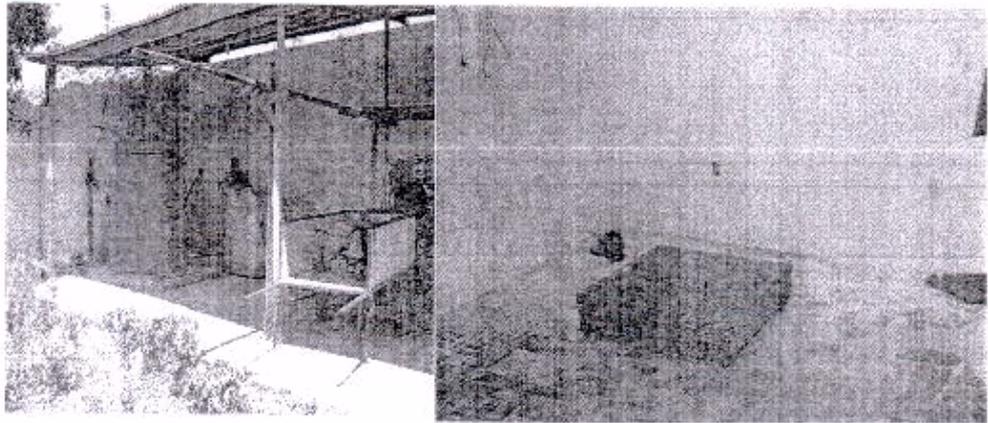


Foto 7- Caminhão do Programa



Foto 8- Kombi do Programa



A Prefeitura, além de organizar todo o processo, através da Secretaria "S", com sua equipe institucional, apóia com equipamentos e insumos em geral, além da desapropriação e compra de dois terrenos para construção dos galpões, totalizando R\$ 150.496,85. A ONG Aurre Terre colabora através de Termo de Parceria com capacitação continuada para formas

coletivas de trabalho, doação de carrinhos para os catadores, no lanche para os catadores durante as reuniões de planejamento participativo e formação, além de ter proporcionado duas viagens de intercâmbio com os catadores e equipe da Secretaria "S" no estado de São Paulo para troca de experiências com outros grupos de catadores aportando até o momento R\$ 38.209,43. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE firmou Termo de Cooperação Institucional com a Prefeitura ministrando cursos de capacitação para catadores e cursos de sensibilização para professores, eventos e seminários em geral, além de assessoria jurídica e técnica para formação dos catadores em processo de organização em cooperativa e/ou associação; assessoria para organização das vendas coletivas e estruturação comercial do galpão ; consultoria para elaboração do planejamento estratégico (foto 9 e planejamento em anexo) e do plano de negócio do programa , totalizando, até o presente os recursos de R\$ 36.000,00. Os empresários locais são incentivados a doarem materiais através do Projeto Empresário Amigo do Catador. A Prefeitura visita empresas e comércio locais, assinando um Termo de Compromisso e distribuindo o selo "Empresário Amigo do Catador". O Lançamento deste Projeto contou com o apoio e patrocínio do SEBRAE, FIRJAN, SINCOVANI, Banco Real e empresários locais. Temos atualmente 80 empresas e/ou comércio local apoiando o Programa (Foto 9).

Foto 9 – Planejamento Estratégico

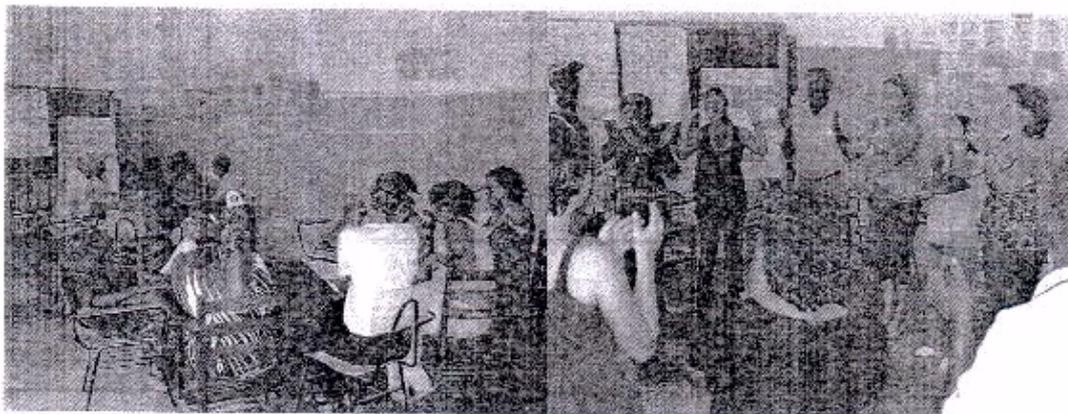


Foto 10 – Entrega do selo Empresário Amigo do Catador



Fonte : Foto tirada no 2º Encontro do Empresário Amigo do Catador

### 3. RESULTADOS ALCAÇADOS

Os resultados alcançados até aqui podem ser resumidos da seguinte forma: 6.300 casas atendidas com coleta seletiva em 352 ruas (Gráfico 1); 28.400 pessoas atendidas; 48 catadores históricos participantes; duas cooperativas apoiadas (30 catadores); 250 casas em média por catador; R\$ 475,00 de renda média mensal dos catadores; 15 escolas municipais, 8 estaduais e 03 particulares; 19.572 alunos (Tabela 1), 600 professores, 104 profissionais de apoio sensibilizados através do trabalho de educação ambiental; 48 repartições públicas (Tabela 2); 793 funcionários públicos engajados no trabalho; 80 empresas e/ou comércios sensibilizados e realizando a coleta seletiva; 40% de aumento do material recolhido pela COOPCARMO (20 toneladas/mês); Cooperativa COMLURB (04 toneladas / mês).

Gráfico 1 – Evolução do Programa

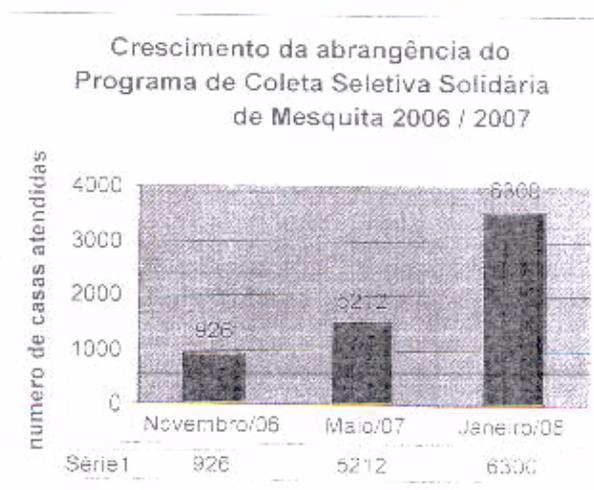


Tabela 1- Dados Gerais do Trabalho de Educação Ambiental nas Redes de Escolas: Municipal e Estadual em 2007

Itens	Escolas	Escolas	Totais
	Municipais	Estaduais	
Número de escolas Atendidas	15	8	23
Número de alunos	11.517	8.055	19.572
Número de Visitas à Coopcarmo	8	17	25
Total de participantes nas visitas	61	147	208

Tabela 2- Resultado do trabalho nas repartições públicas em 2007

MÊS	REUNIÕES REALIZADAS	Nº DE PESSOAS	SETORES
MARÇO/ ABRIL/ MAIO	04	126	Gabinete do governo (subdivisões), CPD, CGCI, CPL, Ouvidoria, Semuam Recepção, Protocolo, Apoio, Procuradoria, Telefonia
AGOSTO/ SETEMBRO	15	623	SEMED, SEMEF, CCCI, CRAS, Pólo de Ed. Especial.
NOVEMBRO	02	30	Semurb, Caps, Sinec, Semas, Setrans, Semad, Defesa Civil
TOTAL	21	779	

Os catadores são inseridos em programas sociais da Prefeitura, a exemplo da cesta básica e/ou auxílio bolsa família<sup>7</sup>. Esta situação é provisória, visto que o Programa não é assistencialista, pois fornece às pessoas meios mais eficientes e duradouros com capacitação de qualidade e geração de empregos. Com uma profissão e um emprego, as pessoas cuidam de sua vida e, ainda, geram valor para a sociedade com seu trabalho. Os resultados acima apresentados são indicadores mensuráveis. Há, porém, indicadores qualitativos, como: aumento da auto-estima e autoconfiança dos catadores, excelente relacionamento da população participante da coleta, melhoria da imagem, e aumento da visibilidade dos catadores para a sociedade em geral. O depoimento de D. Josefa, uma catadora de 65 anos, merece registro: "Sou catadora do município "M", há 48 anos, vocês já tinham me visto antes?"<sup>8</sup>

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cada dia o Programa é reinventado. Não há uma "receita" pronta à qual recorrer para o sucesso. As atividades de gestão da coleta são realizadas em discussões semanais com os catadores. São eles que discutem e aprovam normas de conduta e relacionamento, propondo sanções para os que se distanciarem dos critérios. Apesar dos conflitos, as dificuldades têm sido resolvidas através do diálogo e de forma consensuada.

Os principais problemas dizem respeito à dificuldade de aproximação com os catadores históricos, que têm muita desconfiança em relação ao poder público e ainda resistem em participar do programa. Este fato é agravado pela ação de sucateiros que espalham boatos sobre a "desonestidade" nas intenções da Prefeitura com os catadores, além de terem retirado o carrinho dos mesmos. Este problema está sendo enfrentado com o apoio dos próprios catadores participantes (cerca de 80) que têm trazido outros companheiros. No que dizem respeito aos carrinhos, todos os catadores em organização receberam um novo carrinho com o apoio da ONG Autre Terre<sup>9</sup> e da Prefeitura. Há problemas sociais de toda ordem, como alcoolismo, desnutrição, abandono pela família, discriminação, problemas psicológicos e mentais. As soluções dessas questões estão sendo encaminhadas através de parceria com as secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação que vêm acompanhando

<sup>7</sup> Dados da SEMUAM- setembro de 2007

<sup>8</sup> Depoimento realizado no café da manhã com o Prefeito e Empresários no Seminário Empresário Amigo do Catador em 06/06/2007, com apoio do SEBRAE.

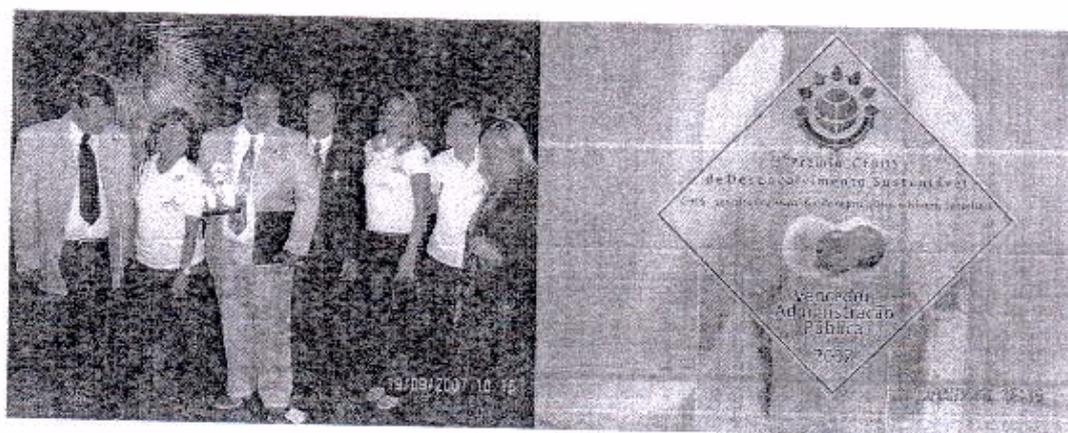
<sup>9</sup> Os catadores só recebem os carrinhos ao participarem das reuniões semanais de planejamento e capacitação. Aliás, esta era a idéia da ONG: usar o carrinho como um pretexto para fomentar a organização dos catadores.

os catadores participantes. Há dificuldades relacionadas ao espírito de cooperação que tarda em surgir entre os catadores, principalmente na realização das vendas coletivas e no trabalho de organização do galpão. A minimização desta dificuldade está se dando através das discussões entre o grupo de catadores em reuniões semanais de formação e de planejamento participativo. Outros problemas estão relacionados às dificuldades em relação à legislação pertinente para formação de cooperativas e para comercialização de materiais recicláveis para qual a legislação tributária não prevê tratamento diferenciado. Para enfrentamento deste problema, a Prefeitura firmou recente termo de parceria com o SEBRAE que ajudará neste arcabouço jurídico e incentiva a participação dos catadores no Movimento Nacional/Estadual dos Catadores e Fórum Estadual Lixo e Cidadania, espaços democráticos para encaminhamentos das lutas políticas da categoria.

Pode-se dizer que o Programa está sendo aprendido na medida em que é construído. Há, porém, algumas lições que já pudemos ter com a prática do dia-a-dia: 1) O trabalho de sensibilização realizado através da educação ambiental de porta em porta não é imediato e necessita ser reforçado em várias oportunidades e por vários meios. No início do Programa, testou-se a sensibilização e o engajamento dos residentes em apenas um encontro para apresentação do catador. Aos poucos se percebeu que seriam necessárias duas ou três visitas. Não podemos negar que este re-trabalho torna os avanços quantitativos mais lentos, porém, os resultados acerca da conscientização e do comprometimento são mais duradouros; 2) O processo de capacitação dos catadores revelou dificuldades não imaginadas inicialmente. A história de vida dos catadores, fazendo a coleta de forma invisível, à caça de materiais, sem compromissos de horário, não tendo a quem se reportar, com baixa auto-estima, resultante da exclusão social e a necessidade de trazê-los para um novo modelo de trabalho com regras bem definidas de conduta e de convivência, ainda que construídas por eles próprios, são difíceis de serem assimiladas e incorporadas pela maioria dos participantes. É comum ocorrer a desfidelização do cliente (desistência do ponto de recolhimento), pois um esquecimento, ou ausência do morador é interpretado pelos catadores como descaso ou falta de compromisso. Para superar este conflito a Secretaria "M" vem monitorando as residências com novas visitas e ligações telefônicas e tem atuado no sentido de promoção da cidadania total, valorizando tanto o trabalho individual como o coletivo, fomentando a oportunidade de voz e voto em todas as etapas e atividades do Programa.

O Programa, apesar do curto período de implantação, foi o vencedor do 3º Prêmio CEBDS de Desenvolvimento Sustentável na categoria Administração Pública<sup>16</sup> (Foto 11) e vem sendo apontado como referência no Rio de Janeiro, além de estar recebendo visitas de diversas Prefeituras do estado como Itaboraí, Volta Redonda, Angra dos Reis, Seropédica e Valença, interessados em reproduzir a experiência. Importante também destacar que a experiência já é reconhecida no Ministério das Cidades e que a Secretaria "S" tem sido convidada para apresentar a experiência em diversos Encontros, Conferências e Seminários Estaduais e Nacionais, além de dois Encontros Internacionais da Rede Mercocidades<sup>17</sup>.

Foto 11 - Entrega do Prêmio do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável para o Programa Coleta Seletiva Solidária.



Várias empresas fora do município visitam o Programa no sentido de fornecer apoio aos catadores por não terem em suas Cidades um Programa similar como é o caso da empresa Bioderm de Nova Iguaçu que doa protetores solares aos catadores que caminham ao sol quente do verão e da empresa Refrigerantes Paquera/Tobi, localizada em Magé, que doa materiais recicláveis e diversos produtos fabricados na empresa. A falta de sacos para entregar nas residências nos fez usar de criatividade. Entramos em contato com as padarias locais que estão doando sacos de farinha que são lavados pelos catadores e entregue nas residências para separação dos materiais reciclados.

Os vários desvios e as novidades encontradas na construção do processo não se harmonizaram completamente, mas criaram o ambiente e forneceram os instrumentos necessários para pensar o Programa Municipal de Coleta Seletiva Solidária como uma rede.

<sup>16</sup> Conferir em [www.cebds.org.br](http://www.cebds.org.br).

<sup>17</sup> Dois Encontros Nacionais e dois Estaduais (RJ) da Associação Nacional dos Órgãos de Municípios de Meio Ambiente- ANAMMA; Conferência Municipal de Itaboraí; Encontro da Rede Mercocidades em Curitiba e Santo André no grupo temático de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Rede esta feita com os fios que os moradores tecem sobre um lixo indesejável na Cidade, mas que é parte da mesma malha que os catadores tecem sobre o que é belo e fundamental.

Foto 12- Catadores do Programa



## 5- REFERÊNCIAS

CALVINO, Ítalo, *Cidades contínuas*. In: *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEMAJOROVI J, et al. *Gestão compartilhada de resíduos sólidos – novos atores e conflitos – VII Seminário nacional da ABES – 27 a 29 de novembro de 2004*

GONÇALVES, Polina, *A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos*. Rio de Janeiro: DP&A Fase, 2003.

JACOBI P, Teixeira MA, *Criação do Capital Social: o caso ASMARE*. São Paulo: FGV, 1996.

JACOBI, Pedro, *Gestão compartilhada dos resíduos sólidos no Brasil*. São Paulo: ANNABLUME, 2006.

MONTEIRO, José Henrique Penido, et al. coordenação técnica Victor Zular Zveibii, *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PEROBELLI, Kátia, *Cenas de um Parque ecológico*. In: *Fora da Escola também se aprende*. Rio de Janeiro: DP&A.

ROMANI, Andréa Pitanguy de. **O poder público municipal e as organizações de catadores**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA/CAIXA; 2004.